

Fontes Oficiais para a História Social: Documentos do DNOCS em questão.

LARA DE CASTRO*

Os estudos atuais sobre as secas e seus problemas passaram a ser fruto de interpretações das relações sociais baseadas nos conflitos e na manutenção da pobreza. Com isso, novos personagens entraram em cena, a movimentação de retirantes em busca de melhores condições de existência, tornou-se foco de pesquisas, rompendo com explicações naturais e tradicionais políticas.¹ Recentemente, os trabalhadores que em tempos de secas que procuravam alistamento nas chamadas frentes de trabalho, buscando garantir a sobrevivência posta em questão pela miséria, também se tornaram objeto de estudo.

Esses operários foram protagonistas na produção de variadas obras por todo o Nordeste. Foram arregimentados para operar na edificação, restauração e conservação de estradas, açudes, redes de eletricidade, canais de irrigação, postos de piscicultura, igrejas, cemitérios, entre outros. Essas frentes foram majoritariamente organizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em obras já em andamento – ditas permanentes, mas especialmente nas acionadas durante as estiagens estiagem – chamadas de emergência. Tudo isso gerou uma volumosa documentação, ricas de possibilidades de pesquisa sobre os mais variados temas, inclusive trabalhadores.²

Os documentos presentes nos arquivos do DNOCS estão espalhados em vários galpões por todo o Nordeste, possivelmente o maior volume de fontes já produzido sobre o semiárido brasileiro. Fontes eminentemente oficiais que, assim como todo e qualquer documento, exigem um trabalho árduo de entendê-los e enfrentá-los. Contudo, por meio delas é possível observar pelas brechas a vida de trabalhadores que num cotidiano de muita lida, em troca de comida, doenças e fome, ergueram uma larga estrutura em todo Nordeste.

A proposta desse texto será justamente estudar o uso de fontes tão oficiais para a história social, esforçando-se para mostrar essa alternativa como algo viável. Para isso,

* Doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia.

¹Para saber mais sobre a ação dos retirantes em tempo de secas ver: (NEVES, 2002).

² No mestrado entre os anos 2007-2009 estudei a vida de retirantes-operários, engenheiros e sociedade local em frentes de emergências, centralizadas no governo federal, organizadas pela comissão de Obras Novas Contra as Secas (1915-1919). No doutorado (em fase de conclusão) pesquisei sobre a experiência de trabalhadores em obras permanentes e de emergência nas secas 1950. Nessas pesquisas utilizo largamente os documentos produzidos pelo DNOCS. Outras pesquisas serão citadas adiante.

faremos um diálogo entre procedimentos de investigação e fontes do atual DNOCS³. Para alcançar as múltiplas questões que a documentação oferece para tratar de uma história social, especialmente dos seus trabalhadores, ultrapassando o institucional e o tecnicismo, é necessário estudar com mais profundidade esse conjunto de fontes: o espaço institucional e que fontes foram conservadas, a finalidade dos documentos, quem produziu, qual a circulação, como e quais suas composições, o que seus discursos revelam e o que querem esconder.

*O Quixadá dispõe de 600 famílias, representando cerca de 3500 indivíduos (...) Tem a inspetoria em andamento vários trabalhos obras que, bastará ativar convenientemente para que se constitua, cada qual, pequeno centro de utilíssimos socorros, e sem contestação os únicos que um governo moralizado pode pensar em prestar porque a esmola avilta e corrompe, ao passo que o trabalho enobrece e fortalece o caráter.*⁴

A citação acima foi extraída do relatório oficial da comissão *Obras Novas Contra as Secas*, criada para combater a calamidade climática de 1915, mas que executou trabalhos até 1919. Primeiramente é importante pontuar que essas crises climáticas, citadas na maior parte desses documentos, impactam a população desde o período colonial, mas só mobilizaram o Estado ao longo do século XIX quando uma ação mais centralizada foi estabelecida. Entre as principais soluções apontadas para as estiagens desde o fim do século XIX até meados do XX estavam as de ordem hidráulica e para remediar o problema “retirante”, – leia-se fome, falência, migrações, furto, prostituição, peste e morte – ocuparam-se nos tempos de crise milhares de trabalhadores do campo nessas obras.

As correspondências arquivadas na instituição de combate as secas, especialmente os relatórios, guardam a intenção de evidenciar as ações desse órgão que se arrojavam sob o seguinte tripé: abastecimento de água, impedimento do êxodo de trabalhadores e ocupação de braços retirantes nas obras. Em outras palavras, seus interlocutores defendiam que a instituição deveria se ocupar de fornecer o “mais precioso” “elemento” para “harmonia

³ Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS, que organizou a delimitação dos espaços sujeitos as estiagens periódicas. Em 1919 a IOCS passa a IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Por fim, em dezembro de 1945 foi promovida a reformulação da IFOCS, transformando-a em autarquia, o DNOCS, dando maior autonomia ao órgão.

⁴ Obras Novas Contra as Secas: Trabalhos executados de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918 - relatório apresentado ao Exmo.Sr.Dr. Aug. Tavares Lyra, ministro da Viação e obras Públicas por Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. p. V. A comissão a que se refere esse relatório atuou em vários estados: Piauí, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe,

universal”, a água⁵. Como isso, evitar-se-ia também o êxodo dos camponeses, já que, acumulada em açudes a água serviria para atalhar o trabalhador de “aventurar-se aos cruéis horrores duma retirada”, “arrastando consigo sua mulher e filhas,” atirando-as “nos braços da fome e da prostituição inevitável”⁶. E por fim carecia ao órgão socorrer o faminto no tempo da estiagem não com esmolas, mas de forma “moralizante”, ou seja, por meio do trabalho.

No entanto, o que o relatório da comissão *Obras Novas Contra as Secas*, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, tenta imprimir de forma mais geral é, também, o que o órgão tinha finalidade de guardar sobre sua história no semiárido: a existência de um projeto de intervenção harmônica com a missão de remediar o problema levando água e socorros, uma política para amparar o sujeito do campo.

Pontuamos isso, por que acreditamos que o ideal é iniciarmos a investigação a partir de uma exploração do terreno, levando em conta que, como disse Bloch, “os documentos não surgem, aqui ou ali”, “por decreto dos deuses” (BLOCH, 2001, p.83). Os sujeitos interferem diretamente no que tornam presentes ou ausentes em tais acervos de arquivos ou bibliotecas. Assim as fontes do DNOCS, especialmente as organizadas e bem condicionadas na biblioteca do órgão, conservam o que a memória da instituição queria guardar de suas ações.

Esses documentos que foram arquivados são resultados de atuações que foram entendidas como parte de um projeto, e, refletindo a ideia de que a ciência poderia resolver os mais diversos problemas do semiárido, desejam mostrar um processo de progresso social e econômico. Nesse contexto de centralização e organização do combate as secas, mas também de “modernização do semiárido brasileiro”, foram inventariadas as mais diferentes condições mesológicas do polígono das secas envolvendo diferentes investigações de: topografia, geologia, hidráulica, botânica, economia, sociologia, sanitarismo, meteorologia, geografia, física, zoologia, astronomia (OLIVEIRA, BARBOSA, 2008: pp. 13-28).

Observa-se, dessa forma, que o DNOCS produziu variadas fontes que permitem pesquisas em diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas às naturais.⁷ Cabe uma ressalva mais geral, baseada na pesquisa em processo, das fontes para estudos na área de história social. O objetivo aqui não é condicionar o olhar do leitor, mas informar sobre a

⁵Relatório de Obras Novas Contra as Secas. p. 230

⁶Relatório de Obras Novas Contra as Secas. p. 237

⁷ Um projeto nominado MECSAB trabalhou na catalogação de parte do acervo do DNOCS (CE), financiado pelo CNPq, entre os anos de 2004-2006, sob coordenação dos professores da Universidade Federal do Ceará Almir Leal de Oliveira e Ivone Cordeiro Barbosa. Pouco tempo depois essa documentação foi transferida do seu lugar de origem para um galpão desordenado.

diversidade de documentação existente nesses espaços, sabendo que cabe ao pesquisador o gesto de eleger e interpretar.

Na biblioteca do DNOCS, em Fortaleza (CE), localizamos, com fácil acesso e em bom estado, legislação, livros de instruções, memórias das obras, boletins e relatórios anuais. Analisando esses documentos técnicos e burocráticos podemos apreender no geral uma série de regulamentos da instituição, inclusive para o trato com os trabalhadores. Fora isso, especialmente nos relatórios, como veremos mais detalhadamente adiante, averiguamos dados sobre os serviços realizados nas obras, possibilitando enxergar por brechas a história dos operários daquelas construções.⁸

No entanto, se nas fontes citadas acima os trabalhadores aparecem, na maioria das vezes, em forma de números, nas pastas dos açudes públicos (CE) eles aparecem em forma de notícia. Essas séries contêm diversos documentos do processo de realização das obras: memórias justificativas do estudo preparatório para as construções, relatórios de serviços trimestrais, semestrais, documentos de engenharia, economia, geologia, geografia, pluviometria, tabelas e gráficos, ofícios, telegramas e outros. Vale ressaltar que essas pastas estão em degradante estado de conservação, localizadas atualmente em um galpão sem estrutura para pesquisa em Fortaleza, Ceará.

Interessante é que a própria forma de organização das séries dos açudes públicos demonstra como foi se organizando o cotidiano naquele espaço social, desde os estudos preparatórios à finalização da obra. Nestes documentos percebemos de forma mais clara o cotidiano e as ebulições nas frentes de serviço, desde as confusões em busca de trabalho até as desordens que envolviam comida. Nas correspondências trocadas entre engenheiros, diretor do DNOCS, coronéis, governadores, deputados, vereadores, verificamos os jogos políticos que se estabeleciam naquele lugar.

O acervo que o DNOCS guardou ao longo de sua história não desejava falar vetorialmente dos trabalhadores-retirantes e seus problemas. Esse sujeito aparece muito mais como coadjuvante no processo de erguimento das obras. Não por acaso a documentação que se encontra em bom estado de conservação e disponível para pesquisa são relatórios e boletins que tratam muito mais do DNOCS e seus feitos. O grosso volume de papéis que tratam dos

⁸ Temos também na Biblioteca do DNOCS os acervos de Vinicius Berredo que foi diretor do DNOCS na década de 1950 e integrante da comissão mista Brasil-EUA. Entre seus documentos temos recortes de jornal, livretos, revistas, documentos sobre rodovias e irrigação, notas sobre serviços no polígono das secas, normas técnicas, fotografias. São documentos que permitem uma visão panorâmica das realizações no semiárido e dos impactos sociais das estiagens.

processos de construção das obras e que mais facilmente deixam transparecer os conflitos está a caminho da putrefação, abandonadas em galpões em diferentes prédios da instituição.

Na verdade, é muito oportuno das instituições edificarem uma memória sacralizada de suas intervenções o que numa leitura rasa calaria a voz dos trabalhadores. Ademais, sabemos como é prejudicial delegar a batuta da história ao discurso político institucional, mas como o objetivo é considerar a simultaneidade de fatores que desenham o processo histórico, é saudável tomar cuidado para não subtrair essa memória oficial. Fazer isso era cair no mesmo erro e dar ar de deidade a outros atores sociais.

É importante considerar a dimensão do que uma memória institucional quer conservar e, quão intensamente, também cuidar de apreender as principais finalidades que os documentos guardam, atentando para quem os produzia. Como já foi assinalado, o fundamental intento das correspondências trocadas era demonstrar o organismo de combate as estiagens agindo. O relatório *Obras Novas Contra as Secas* está repleto de números⁹ e é acusado na fonte a conclusão de 17 obras¹⁰, deixando 6 por concluir¹¹ e 4 interrompidas.¹²

Quantitativamente o que vemos ao analisar esse relatório é uma região como um canteiro de obras: o que voluntariamente está testamentado. Todavia, quando indagamos essa fonte, e principalmente outras correspondências – como veremos adiante, percebemos problemáticas que esses números escondem: as situações vividas por retirantes-operários e seus parentes nessas frentes de serviço num conflitante cotidiano.

Aliás, os anos a que esse relatório se refere, 1915-1919, são marcados por crise climática, falência de fazendeiros, fome, e principalmente receio das aglomerações de sujeitos sem trabalho pelos ermos dos sertões. Mas essa situação de licenciosa ingovernabilidade poderia bem servir para avigorar a autoridade de bacharéis em engenharia. O ambiente era de sentimento de soberba pela ciência, e o que era fator de desestabilização poderia ser lido por esses intelectuais como fator de “modernização”.

⁹ REIS, Aarão. *Obras Novas Contra as Secas*. Op. Cit., p. XV.

¹⁰ Concluídas_ Açudes: Anajás (Piauí); Bahú, Guaiuba, Patos, Caio Prado, Mulungu, Parazinho e Riacho do Sangue(Ceará);Saco, Pessoa e 25 de Março(Rio Grande do Norte);Cajazeiras e Bodocongó (Paraíba); Serra dos Cavalos (Pernambuco) . Estradas de Rodagem: Baturité a Guaramiranga e Sobral a Meruoca (Ceará);Campina Grande a Soledade (Paraíba).

¹¹ Por Concluir_ Açudes: Açude Várzea da Volta, Açude Velame, (Ceará); Açude Arapuá, (Rio Grande do Norte) Estradas de rodagem: de Floriano a Oeiras, (Piauí); de Macau a Assu, (Rio Grande do Norte) Aterro da Lagoa Própria, Sergipe.

¹² Interrompidas_ Estradas de rodagem: do Rio Branco a Buique, (Pernambuco);de Cajazeiras a Souza, (Paraíba); de Quixadá ao Riacho do Sangue, (Ceará); Estrada de Rodagem de Mossoró a Alexandria, Rio Grande do Norte.

O engenheiro Aarão Reis, inspetor da comissão, alega que outras construções poderiam ter sido erigidas, mas algumas estavam “localizadas nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco,” que não estavam, “como os demais do nosso Nordeste semiárido, sob o flagelo direto da atual seca”

Os principais agentes produtores dos documentos oficiais do DNOCS, os engenheiros, estavam imbuídos da crença na ciência e na sua objetividade eficaz e racional diante dos mais diversos problemas. Estudar as ideias que influenciavam esses sujeitos é um ponto interessante a se considerar no trato dos testemunhos pesquisados. Lembramos, no entanto, que outros sujeitos foram atores na produção desses documentos, exemplificamos padres, prefeitos, deputados, coronéis.

O Estado, mediante as obras de melhoramentos públicos, foi o principal empregador dos engenheiros até meados do XX.¹³ O DNOCS ocupou em seu quadro muitos desses profissionais, empregando-os em cargos técnicos, administrativos e burocráticos. Eram dados aos engenheiros desde a função de inspetor ao de condutor de obra. Eles labutavam na administração central, na Capital Federal, no cargo de diretor, nos serviços de contabilidade e arquivos na seção administrativa e na preparação dos projetos e orçamentos das obras na seção técnica. Estes profissionais eram ainda lotados em três distritos “denominados 1º, 2º e 3º, localizados nas cidades de Fortaleza, Natal e Bahia, respectivamente,”¹⁴ onde trabalhavam desde a instalação de obras até a fiscalização dos serviços finalizados.

Influenciados pela formação positivista, que se constituía pelos princípios do observar, prever e agir, esses profissionais criam que a observação metódica levava ao conhecimento do fenômeno da seca e à descoberta das leis que conduziam esse enigma e que somente assim seria plausível uma ação eficaz para resolver a anormalidade climática. Entretanto os engenheiros que trabalhavam nas obras enfrentavam conflitos numerosos, pois diante da calamidade da seca eles viviam o embaraço de conciliar a racionalidade científica à necessidade de atender aos precisados. É fundamental entender que os principais elaboradores das fontes do DNOCS mesmo influenciados por preceitos, não eram inertes numa doutrina.

Entretanto, seria correto, a partir dessas análises, avaliar a fala e o fazer desses homens como algo que encerra a problematização das fontes na compreensão do processo histórico?

Partindo da constatação defendida por Carlo Ginzburg, que no embate com as fontes podemos discutir uma realidade e não somente falar de quem deixou os indícios (2007: p.10), analisaremos uma série de documentos sobre o acampamento do açude Araras(CE), os problemas técnicos apresentados no projeto e suas admissíveis resoluções. Objetivando

¹³É interessante pontuar que 1909 foi um ano de forte inserção dos engenheiros nos aparelhos do Estado, não por acaso o mesmo ano de regulamentação do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) e de criação da IOCS. Ver: (GOMES, 1994: p. 29)

¹⁴ De acordo com o decreto 11.474, Art. 58, o 1º distrito compreendia os estados do Ceará e do Piauí; o 2º distrito, os do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e o 3º distrito, os da Bahia, Alagoas e Sergipe e, ainda, o norte do de Minas Gerais.

aproveitar-se dos “elementos incontrolados” que o diálogo com esses testemunhos permitem problematizar, observaremos: Que lugar é reservado ao tecnicismo e à racionalidade e qual o lugar do trabalhador nessas fontes? De que maneira podemos observar melhor o cotidiano dos sujeitos pobres quando os testemunhos parecem tão oficiais? Como o estudo da movimentação da correspondência pode contribuir para a pesquisa? Como a constituição dos documentos pode esclarecer sobre os melhores caminhos no trato dessa documentação para contemplar mais amplamente os conflitos?

O primeiro telegrama da série citada foi emitido em 7 de dezembro de 1952, partindo do primeiro distrito e chegou à divisão técnica em 9 de dezembro de 1952. O telegrama que encerra essa movimentação de correspondência foi enviado em 28 de maio de 1953 sem data de recebimento¹⁵. Geralmente as correspondências eram emitidas e chegavam ao seu destino entre 2 e 4 dias, sendo respondidas de acordo com a urgência do problema.

Para entender melhor o fluxo e a movimentação de informações institucionais identificamos e investigamos diferentes carimbos, datas e assinaturas presentes nas fontes. No caso do (a) IOCS/DNOCS essas correspondências circulavam entre distritos regionais, administração central (diretoria geral, seção técnica, seção administrativa, seção de estudos e projetos), Ministério da Viação e Obras Públicas, esferas do Legislativo e Executivo, fora os particulares – padres, coronéis, comerciantes. Esse procedimento de pesquisa é interessante para entender o que era considerado imediato, o organograma do órgão, as formas de hierarquia, as instâncias por onde transitavam, a que alçada pertencia cada questão e a durabilidade dos conflitos. Informações necessárias como ponto de partida para uma leitura das variadas fontes e reelaboração de interpretações.

Em 7 de dezembro de 1952¹⁶, antes das obras serem iniciadas, o engenheiro Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito (CE), solicitou via telegrama o envio do “projeto de obra” do açude Araras (CE), para ajustes necessários. Pereira de Miranda recebeu o projeto, cuidando de recomendar alterações ponderadas relevantes e em 22 de janeiro de 1953¹⁷ prestou conta da avaliação do plano ao chefe da divisão técnica, mostrando zelo às posições hierárquicas do órgão.

¹⁵ Leva-se em consideração os documentos que foram arquivados.

¹⁶ Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Telegrama emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à Administração Central

¹⁷ Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à chefia da Divisão Técnica. 22 de janeiro de 1953. O ofício chega em 24 de janeiro e logo é respondido, mas o chefe da Divisão técnica só arquivava 10 dias depois. Somente em 07 de janeiro o Diretor Geral também arquivava cópia assinada.

As resoluções foram cuidadosamente pontuadas no ofício. Acatados os enquadramentos técnicos considerados “satisfatórios” da obra, algumas mudanças estruturais foram aconselhadas para depósitos, carpintaria e serraria, propondo também a modificação da localização “das residências dos engenheiros e ajudantes” para “pontos mais dominantes”. Seguidamente, foram direcionadas críticas ao local estabelecido para a estrada de acesso à barragem, já que passaria no meio do acampamento dos trabalhadores, não levando em consideração o fluxo contínuo de veículos transportando material. Fora isso, o local de construção da caixa d’água foi considerado impróprio pela dificuldade do acesso.

No mesmo dia em que a correspondência citada foi recebida, a chefia da divisão técnica respondeu aos chamados com outro ofício, acusando quais sugestões do projeto foram aprovadas¹⁸. Foi consentida a modificação da casa dos engenheiros e técnicos para um lugar de “maior dominância”, visto maior organização e controle. Das mudanças estruturais não foram aprovadas o desvio da rodovia de acesso a barragem por fora do acampamento e a alteração do lugar da caixa d’água para um lugar de mais fácil acesso.

Num olhar mais rápido, os dois ofícios citados parecem meras trocas de informações sobre ajustamentos matemáticos da engenharia civil. Observando as alusões que foram aprovadas percebemos algumas preocupações da instituição das secas e seus interlocutores e qual o lugar da objetividade da obra e dos trabalhadores dentro da documentação.

Dessa forma, numa investigação cuidadosa percebemos como a racionalidade técnica guarda um lugar privilegiado nessa documentação, as inquietações com a estruturação física da obra protagonizam o discurso dos homens da ciência. Ocorre que, no momento da produção daquelas fontes, os teoremas metodicamente estudados estavam na ordem do dia e a preocupação primordial era estruturar o planejamento da obra. O esquadramento dos espaços deveria dialogar com a funcionalidade, a rapidez, a segurança e a eficiência.

Os trabalhadores aparecem no discurso científico dessas correspondências como coadjuvantes do momento de crise. Numa leitura não linear, num trabalho de observação das múltiplas facetas, é que enxergamos os sujeitos pobres inseridos nessas fontes. O engenheiro chefe do distrito, Pereira de Miranda, ocupava uma função que permitia observar as confusões que se associavam aos trabalhadores das secas, já a divisão técnica, tendo como base as fontes citadas, reservava aos trabalhadores justamente espaços do dispensável. Verificamos, dessa maneira, que a ciência não guardava o lugar principal aos trabalhadores. As preocupações

¹⁸ Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Cópia de Ofício emitido pela chefia da Divisão Técnica ao chefe do Primeiro Distrito. 24 de Janeiro de 1953

eram dissonantes a uma qualidade de vida minimamente digna às mulheres e aos homens que, sem ser citados, aparecem equacionados na fala dos engenheiros e seus auxiliares.

O fato de veículos com materiais passarem no meio do acampamento configura-se um problema, mas não são apontadas soluções para remediá-lo, pois o desajuste não era considerado imediato. Se as obras eram emergencialmente para atender a uma demanda de assistência a esses pobres é contraditório que não se avalie o caos cotidiano que se estabelecia na perturbação de caminhões, os possíveis acidentes, os materiais danosos a saúde, a poluição sonora, a falta de espaço para um merecido descanso.

Já a residência do engenheiro deveria ficar em local dominante para controlar os conflitos que pudesse existir. Isso mostra que só a possibilidade de confusão deixava as autoridades científicas temerosas. Daí a ansiedade vista nas trocas de mensagens para formular um plano objetivo para lidar com um espaço em ebulição, mas que urgia de controle. A própria arquitetura do espaço denota isso.

No entanto, é importante discorrer, mesmo de modo bem pontual, que o trabalhador do campo, aparecendo indiretamente nas linhas das fontes do DNOCS e as vezes no centro da discussão, não ficava inerte diante das equalizações dos profissionais da ciência. Durante a construção da estrada de acesso que ligava o Açude Araras à Aires de Sousa, não suportando mais a espera por trabalho e a fome, “cerca de quinhentas pessoas invadiram o depósito de feijão do governo tirando o que conseguiram...”¹⁹. De resto, as agitações agudizadas pelo ajuntamento de retirantes colocavam em questão a funcionalidade e a segurança dos núcleos urbanos e das obras públicas. De sua parte, os sertanejos entendiam que não era preciso alcançar um extremo estado de desgraça para procurar auxílio, que existem outras possibilidades diferentes da esmola e da emigração.

É de se supor, com efeito, que fontes que aparentemente serviriam para fazer uma história mais tradicional, do ponto de vista de grandes feitos de bacharéis, ou claramente uma história da ciência, pela intencionalidade da fonte, podem ser utilizadas para fazer história social. De acordo com o olhar do historiador essa tipologia de fonte nos fornece dados sobre o espaço que é reservado aos “sujeitos comuns” na documentação.

Como já foi assinalado, dentro dessas fontes percebemos claramente ideais de racionalidade, cientificidade, exatidão e neutralidade. As soluções apontadas para os problemas eram técnicas e administrativas assim como a estrutura desses documentos.

¹⁹ Acervo 1ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - 4 .Telegrama enviado pelo prefeito de Cariré (CE) , 6 de novembro de 1951.

Partindo disso, nas linhas seguintes vamos atentar exatamente para a composição desses testemunhos, pois dentro da categoria de fontes oficiais tratadas nesse artigo existem variados tipos de documentos, reservando cada um suas particularidades. É aconselhável avaliar isso para apreender o caminho mais satisfatório na tentativa de perceber os conflitos que afluíam, já que, o trajeto que se segue na leitura das fontes pode nos deixar míopes para enxergar alguns problemas.

Os relatórios anuais ou das comissões, como o relatório *Obras Novas Contra as Secas*, eram elaborados pelos seus diretores gerais. Na verdade, estavam entre os últimos documentos a serem gestados encerrando um ciclo de atividades. Eles eram construídos a partir de informações elaboradas por engenheiros e suas equipes fornecidas em outros apontamentos. Aarão Reis alega que consta em seu relatório “serviços, trabalhos e dispêndios” referente às obras, no entanto, esse engenheiro reclama o desejo de que o documento fosse “mais completo”, “porém nem todos os encarregados das diversas obras” enviaram “informes mais minuciosos” e “não houve tempo para aproveitar convenientemente outros para serem neles incluídos²⁰”.

Os facilitadores de informações para constituição do relatório final eram desde o encarregado que projetava a obra, escrevendo memórias justificativas, até o feitor que assinalava presenças e faltas de trabalhadores. Geralmente eram aproveitadas informações de: memórias justificativas de projetos de obras; relatórios de serviços semanais, mensais, trimestrais, semestrais; documentos de engenharia; economia; geologia; geografia; pluviometria; relatos de inspeção e fiscalização; decretos; quadros de orçamentos e de despesas finais; tabelas de frequência, de assistência médica; ofícios; telegramas; fotografias e outros²¹.

Esses relatórios gerais guardam diferentes informações sobre as intervenções da instituição estudada no semiárido. Eles eram elaborados oficialmente para prestar contas ao Ministério da Viação e Obras Públicas e ao poder Executivo, buscando imprimir no texto uma atuação eficiente administrativamente. Dessa forma, eram subtraídos ou minimizados os acontecimentos mais problemáticos que o órgão enfrentava nas lidas entre a administração central, os engenheiros responsáveis pelos distritos e pelas obras, as autoridades públicas e os particulares (religiosos, comerciantes, coronéis) e os trabalhadores. Os operários-retirantes

²⁰ REIS, Aarão. *Obras Novas Contra as Secas*. Op. Cit., p. XLVI.

²¹ O relatório *Obras Novas Contra as Secas* estudado nesse artigo é composto de introdução de 48 páginas, mais 246 de desenvolvimento. Fora isto tem dois anexos: O anexo A (4 páginas), referente ao ofício de envio dos créditos especiais, e o anexo B (24 páginas) concernente a um parecer do Clube de Engenharia sobre as secas

aparecem como vítimas que foram assistidas durante a crise climática, em poucas palavras e em muitos números. No entanto, por pequenas lacunas ofertadas nessa fonte entendemos que o contexto era de crise, as pessoas estavam em movimento, portanto os problemas existiam.

Assim, como aumentar o grau de visão para enxergar as ebulições daqueles espaços? A alternativa mais viável considerada é inverter a ordem do caminho, percebendo essa fonte como acontecimento e investigando os documentos administrativos que constituíam o relatório oficial. Em suma, estreitar a investigação de onde parecem ser as chaves iniciais.

No processo de pesquisa avaliei que as correspondências trocadas com mais regularidade entre as instâncias apresentavam mais claramente os principais problemas da rotina institucional e do cotidiano das obras. Entre elas podemos citar os relatórios de serviços periódicos, os telegramas e os ofícios.

Os relatórios de atividades abarcavam aspectos do cotidiano de labuta dos trabalhadores-retirantes em plena crise. Em janeiro de 1951 no açude Pentecoste (CE)²², foram iniciadas obras da instalação da equipe, do acampamento dos operários, da “cava de fundação”, da “construção da barragem”, inclusive “obras de proteção”. “Depois de fevereiro” como “o pessoal operário cresceu ainda mais “devido a seca que assolou o nordeste”, foi “atacada a abertura do sangradouro, em cujo o serviço foi aproveitado o máximo de pessoal”.

Esses documentos eram enviados pelos engenheiros para a sede administrativa durante a transcorrência da obra. Eles eram redigidos pelos engenheiros condutores de obras nos escritórios das construções a partir de suas avaliações e das que seus auxiliares coletavam em campo. Essas fontes estão dentro de um modelo e numa linguagem técnica, mas relatam de forma detalhada os variados tipos de ofícios nas construções, informações sobre o meio, normas, penalidades, relações da equipe com os trabalhadores e outros.

Já os telegramas e ofícios são correspondências ainda mais frequentes que atendiam aos problemas mais imediatos, sendo trocados entre variados setores administrativos. Especificamente o telegrama deixou a notícia mais rápida, porém mais breve. Acontece que o telégrafo ganha bastante espaço no ramo da administração pública no início do século XX, integrando diferentes espaços, apressando a circulação de notícias e modificando a maneira de

²² Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Pentecoste nº1. Janeiro de 1951.

descrever os acontecimentos.²³ Assim, relatos mais longos, dados mais esmiuçados sobre local, problemas e sujeitos aparecem pouco nessas fontes. No entanto, mesmo com reduzidas linhas, os telegramas e ofícios são volumosos em quantidade, trazendo dados sobre cotidiano nas frentes de serviços – aglomerações, alojamento, serviços, horários, alimentação, brigas. Fora isso, os jogos políticos que se estabeleciam entre autoridades públicas, religiosas e particulares.

Em suma, é importante estudar a constituição dos documentos e suas peculiaridades, já que dentro de uma mesma categoria de fontes existem diferentes tipos de testemunhos. No geral a documentação oficial do DNOCS trabalhada nesse texto está circunscrita num mesmo contexto, tem finalidades próximas e foram produzidas majoritariamente por homens que se julgavam apoiados pelo saber científico. No entanto, cada especificidade de fonte exige uma manejo diferente para pesquisa. As técnicas se distinguem por “tipos de testemunhos”. “O aprendizado de cada uma delas é longo; sua posse plena exige uma prática mais longa ainda e quase constante”²⁴

É signficante observar também o que poderia gerar uma grande produção de documentos. Uma aparente ordem de dispensa de trabalhadores suscitou um grande volume de correspondências no ano de 1953 e 1954²⁵. Documentos estes que transitaram em variadas veemências do poder desde diversos setores do DNOCS, passando por padre, por coronel, pela Assembleia Legislativa e pelo Poder Executivo. Meses de trocas de correspondências colocando os trabalhadores no centro da discussão levam-nos a supor que variados problemas poderiam gerar muitas trocas de informações e que, ao contrario do que podemos pensar, existiam preocupações de ordem mecânica, mas os conflitos sociais também interessavam.

As soluções propostas eram mediadas pelo conhecimento especializado, técnico-científico. As saídas eram físicas, mas morais e disciplinadoras. Mas o trabalhador do sertão que aparece no farto e diverso acervo do DNOCS não teve sua voz calada diante da fala de

²³ Para maiores esclarecimentos sobre a história dos serviços telegráficos no Brasil sugerimos: MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. Revista Brasileira de História. V. 21. N. 41. São Paulo: 2001.

Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S010201882001000200007>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

²⁴ BLOCH, MARC. A apologia da história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. P. 81

²⁵ Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Telegrama e ofício enviados da Assembleia Legislativa ao Diretor do DNOCS. 27 de Agosto de 1953. Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Telegrama do Diretor do DNOCS ao Chefe do Primeiro Distrito Pereira de Miranda. 29 de Agosto de 1953. Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Carta ao Presidente Getúlio Vargas do Senador Plínio Pompeu. 27 de Fevereiro de 1954. Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício do Chefe do Primeiro Distrito Pereira de Miranda ao Diretor do DNOCS. 29 de Agosto de 1953.

homens da ciência embebidos da soberba litorânea, eles agiam, ora gritando, ora silenciando, provocando mais que sussurros na intervenção dessa ciência.

Entretanto, se pelas fontes do DNOCS observo por brechas os conflitos nas obras, nas notícias da imprensa, para citar outro exemplo, as confusões que envolvem os retirantes das secas ganham páginas nas reportagens. De fato, não devemos nos prender a um único tipo de fonte ou método – quando estes mudam os questionamentos também mudam. Esse trabalho propôs apresentar uma tipologia de fonte, mas sabemos que quando estes variam, caminhos e possibilidades também se diversificam. Literatura, fontes orais, memórias, discursos políticos pronunciados, decretos, entre outros, fariam parte do arsenal de fontes que podem ser utilizados para estudar seca e trabalhadores do campo. Como Bloch alega “Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um único tipo de documento, específico para tal emprego”²⁶. Portanto o pesquisador deve está atento à utilização de fontes disponíveis, não entrelaça-las e preencher lacunas, mas para perceber outros problemas quando os discursos são comparados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de pesquisa vários desafios são postos desde as escolhas iniciais de tema, fontes e métodos às implicações que nosso estudo pode alcançar. Verificando que ao historiador cabe eleger e fazer uso das fontes esmiuçadamente, reservando espaço ao que está hipoteticamente traçado, mas permitindo também ser surpreendido, percebemos o quanto o posicionamento do historiador marca os limites de sua visão. Na verdade, muitas vezes pautadas pelas nossas experiências, fazemos escolhas que de alguma forma já estabelecem demarcações ao nosso trabalho de investigação. Isso não é danoso ao nosso ofício, mas é interessante evitar o condicionamento estreito dos nossos problemas e métodos ao que julgamos querer alcançar com os nossos estudos. Aliás, é simplesmente saber reservar espaço ao inusitado.

Entre os desafios postos aos efeitos que nossa pesquisa pode obter, uma grande provocação que temos enfrentado é se nossos estudos aludem ao resultado que aspiramos ou se é simples pretensão nossa tentar alcançar o “efeito de verdade”. Tenta-se pôr em cheque a noção de prova e a pergunta que mais se tem feito é se o trabalho que realizamos com as fontes para chegarmos à fragmentos do passado pode alcançar determinada realidade. Ora

²⁶ BLOCH, MARC. A apologia da história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. P 80

nega-se a possibilidade do conhecimento histórico pelas fontes, ora substituem-se os testemunhos pela interpretação, diluindo-se nesse discurso o estatuto do ofício do historiador.

De resto, outra questão que causa um profundo incômodo é a divulgação de que nosso ofício não tem implicação na sociedade. Não queremos dizer que toda pesquisa desemboca na mudança ou permanência de uma realidade, era ilusório pensar assim, mas também é errado nos fecharmos no ceticismo de que nosso exercício de lidar com as fontes para escrever história é meramente estético e ilustrativo que nossos estudos nem propõe e nem contribui.

E neste trabalho meu objetivo foi alcançado se ao menos chamei atenção para uma documentação que oferece ricas possibilidades, mas que urge de cuidado. As fontes que foram levantadas apontam uma diversidade de interpretações para a questão da seca e o dos trabalhadores-retirantes. Entretanto, as potencialidades desse acervo é imensa, vislumbrando possibilidades de investigação para diversas ciências além de ricos problemas para investigação histórica. Verdadeiramente devemos alertar que muitas fontes produzidas pelo DNOCS necessitam de uma política adequada de conservação, pois, pouco exploradas, a maior parcela dela encontra-se em galpões abandonados, em pleno estado de deterioração.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, pp. 69-81.

BURKE, Peter. *A escrita da história; novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1920-1934*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, pp. 49-95
DUQUE, Guimarães. *Solo e Água no polígono das Secas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 6ª edição, 2004.

ESTEVAM NETTO, José. *DNOCS Ontem e hoje – sustentáculo da nascente civilização da seca*. João Pessoa: DNOCS, 1987.

GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada*. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUERRA, Otto. *21º Livro das secas*. Coleção Mossoroense. Série C. Volume CDLXIII. Rio Grande do Norte. 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro(org). *Engenheiro e economistas: Novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

HOBBSAWN, Eric j. *Os trabalhadores. Estudos sobre história do operariado*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1981.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*. V. 21. N. 41. São Paulo: 2001. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S010201882001000200007>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE*. Vozes. Petrópolis, 1988.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. "A produção do conhecimento sobre o sertão na primeira república – A Inspetoria de Obras Contra as Secas como instituição de ciência". In: OLIVEIRA, Almir Leal de, BARBOSA, Ivone Cordeiro e GADELHA, Georgina da Silva. *Ceará, Ciência e Tecnologia. (1850-1950)*. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2008, pp. 13-28.

RIOS, Kênia Souza. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder*. Fortaleza museu do Ceará/SECULT, 2002.

ROSADO, Vingt-um (org) *Memorial da Seca*. Mossoró, 1981, Coleção Mossoroense – Volume CLXIII.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas (século XX)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, volume CCXXV , 1982.

SOUZA, E. *O Calvário da Secas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1983

SOUSA, Simone e NEVES, Frederico de Castro. (orgs) *Fortaleza: história e cotidiano - Seca*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: companhia das letras, 1998.